

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.309 - MG (2019/0357287-3)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : **VLADIMIR CARVALHO BERNARDES (PRESO)**
ADVOGADO : **FRANKLIN JOSÉ DE MOURA E OUTRO(S) - MG138444**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por VLADIMIR CARVALHO BERNARDES – preso cautelarmente por suposta infração aos arts. 288 e 317, § 1º, na forma do art. 71, todos do Código Penal – contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.104922-0/000) que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 210):

EMENTA: HABEAS CORPUS - CORRUPÇÃO PASSIVA E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA - PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA - REQUISITOS DOS ARTIGOS 312 E 313 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PRESENTES - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO - SUBSTITUIÇÃO POR OUTRA MEDIDA CAUTELAR - IMPOSSIBILIDADE - RISCO À ORDEM PÚBLICA E À INSTRUÇÃO PROCESSUAL - MANUTENÇÃO DA PRISÃO - NEGATIVA DA AUTORIA - MATÉRIA DE MÉRITO - AFRONTA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA - INOCORRÊNCIA - DENEGAÇÃO DA ORDEM. De acordo com o art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva está condicionada à presença concomitante do fumus comissi delicti e do periculum libertatis. Além de tais pressupostos, também se faz necessária a presença dos requisitos elencados no art. 313 do Código de Processo Penal. Presente relevante indício de envolvimento do Paciente nas práticas delitivas que lhe são imputadas, imperiosa é a restrição da liberdade para a garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal, inviabilizando a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal. A negativa de autoria é matéria de mérito que demanda análise detida e dilação probatória, podendo repercutir no desfecho da demanda criminal, mas não sobre a conveniência de se manter o Paciente preso. As condições pessoais favoráveis do agente não podem ser analisadas em

Superior Tribunal de Justiça

descompasso com todo o contexto dos autos, não sendo capaz de obstar, por si só, a custódia preventiva se preenchidos seus requisitos legais. O princípio da presunção de inocência, que encontra fundamento no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição da República, não é incompatível com a prisão processual.

Nas razões do presente recurso, a defesa alega, em síntese, não estarem presentes, no caso, o *periculum libertatis* e o *fumus commissi delicti* a justificar a prisão preventiva do recorrente. Sustenta que o decreto prisional não encontra respaldo no ordenamento jurídico, além de carecer de contemporaneidade.

Assevera não haver indícios mínimos participação do recorrente no evento criminoso. Aduz, ainda, que no processo cujo o paciente foi indiciado somente constam 2 suspeitos, não havendo que se falar, portanto, em organização criminosa.

Argumenta que "quando da sua prisão não era mais inspetor da polícia civil na Delegacia Regional de Pouso Alegre/MG, uma vez que estava trabalhando na Delegacia de Polícia Civil de Jacutinga/MG destada a data de 04 de junho de 2019" (e-STJ fl. 238). E acrescenta que o recorrente está aposentando desde 11/9/2019, o que afasta a alegação de possível interferência na investigação.

Sublinha ser o recorrente primário, detentor de bons antecedentes, além de possuir residência fixa.

Defende ser suficiente, no caso, a aplicação de medidas cautelares alternativas.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do recorrente.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Quanto à alegação de dúvidas acerca da autoria, registro ser inviável a análise, no âmbito restrito do *habeas corpus*, de teses que, por sua própria natureza, demandam dilação probatória. As provas dos autos devem ser apreciadas durante a instrução criminal, sob o crivo do contraditório, não sendo esta a via adequada para a sua revisão. Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ARMADA. PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTE E CONCURSO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO. CONEXÃO COM OUTRAS FACÇÕES CRIMINOSAS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA. PRESENÇA. NEGATIVA DE COMETIMENTO DO DELITO. INVIABILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. CIRCUNSTÂNCIAS DOS DELITOS. GRAVIDADE DIFERENCIADA DO MODUS OPERANDI EMPREGADO PELA ORGANIZAÇÃO. NECESSIDADE DE INTERROMPER A PRÁTICA REITERADA DE CRIMES PELO GRUPO INVESTIGADO. ACUSADA REINCENTE. PRISÃO DOMICILIAR. ART. 318, INCISO V, DO CPP. INCOMPATIBILIDADE DO BENEFÍCIO COM A PERICULOSIDADE SOCIAL DA PACIENTE. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. WRIT NÃO CONHECIDO.

(...).

3. A análise acerca da negativa de cometimento do delito é questão que não pode ser dirimida em habeas corpus, por demandar o reexame aprofundado das provas a serem produzidas no curso da instrução criminal, vedado na via sumária eleita.

(...).

9. Habeas corpus não conhecido. (HC 367.698/SC, Rel. Min. JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 13/12/2016, DJe de

1º/2/2017)

No mais, não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos, para se aferir a sustentada falta de fundamentação do decreto prisional.

Isso porque, em princípio, a decisão impugnada encontra suporte na jurisprudência desta Corte, segundo a qual a gravidade concreta dos fatos (o recorrente, valendo-se da sua função de policial civil, reiteradamente, solicitava vantagens indevidas para 'dar guarida à prática de contravenções penais e crimes de lavagem de dinheiro', atuando de forma a impedir produção de provas, inclusive testemunhal, através da intimidação de testemunhas) é fundamento idôneo para decretação da prisão preventiva. Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA.

(...).

2. A segregação cautelar é medida excepcional, cabendo ao julgador interpretar restritivamente os pressupostos consignados na lei processual, fazendo-se mister a configuração dos referidos requisitos, sendo que razões outras desprovidas de cunho acautelatório não podem ser utilizadas para a imposição da medida constritiva.

3. No caso, a custódia preventiva decorreu da necessidade de salvaguardar a ordem pública, diante da gravidade concreta do delito evidenciada pelo 'modus operandi' e sua suposta motivação (tentativa de homicídio, em tese encomendada pelo recorrente, mediante cinco disparos de arma de fogo, motivada por ciúmes de ex-mulher), fatores que revelam a periculosidade social do agente.

4. Ameaças de morte efetuadas pelo recorrente contra a vítima e seus familiares do mesmo modo são suficientes para a manutenção do decreto preventivo, haja vista a necessidade de garantir a conveniência da instrução criminal.

5. Hipótese em que a prisão cautelar não foi efetuada até o momento em razão de o acusado estar em lugar incerto, o que

Superior Tribunal de Justiça

demonstra o intuito de se furtar ao cumprimento da norma penal.

6. *Recurso ordinário em habeas corpus desprovido.* (RHC n. 60.858/MT, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, DJe 1º/10/2015).

Por outro lado, ao que se tem dos autos, a tese levantada a respeito da ausência de contemporaneidade da medida constritiva cautelar sequer foi objeto de análise pelo Tribunal *a quo*. Nesse contexto, não se constata, quanto ao ponto, a fumaça do bom direito, em face da possível supressão de instância.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada e ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília/DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator